



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 05/2023
Adesão à Ata n.º 01/2023

OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ENSAIOS DE SOLO

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico os autos de Adesão à Ata de Registro de Preços n.º 01/2023, pelo qual pretende a Adesão à Ata n.º 15/2022 proveniente do Pregão Eletrônico n.º 15/2022, realizado pela prefeitura do Município de São José dos Quatro Marcos/MT, para futura e eventual contratação de serviços de engenharia de ensaios de solo para pavimentação asfáltica, objetivando parecer conforme o parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666, de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

A secretária municipal de administração solicitou a contratação de empresa para executar prestação de serviços de engenharia e ensaios de solo. e apresentou justificativa para a contratação do prestador de serviços. Estão anexadas três cotações de orçamento fornecidos por empresas do ramo. A Contadoria Municipal informou a existência de dotação orçamentária para custear a execução. O prefeito autorizou a que fosse aberto o processo licitatório para a contratação do objeto. A Comissão de Licitação está regularizada.

Estão anexados os Ofícios de resposta fornecidos pela prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT, gerenciadora da Ata e da empresa M. Cristina de Matos Branco Serviços e Consultoria Ltda, bem com a cópia de partes essenciais do processo licitatório realizado pela prefeitura gerenciadora da ATA.

Era o que havia a relatar.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer Técnico em relação à licitação acima identificada, nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei 8666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.

O artigo nº 191, da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93.

A secretária municipal de administração Senhora Maria Regina de Castro Martins solicitou a contratação empresa para prestação de serviços de engenharia e ensaios de solo para obras a serem realizadas pela administração pública. Aduz que os ensaios de solo são de fundamental importância para se obter os parâmetros do solo que permitam o correto dimensionamento das obras. Argumenta que os estudos de solos são indispensáveis para se alcançar uma boa engenharia, ou seja, aquela que garante a necessária condição de segurança, pois sem o conhecimento prévio do subsolo implica-se a adoção de uma fundação que nem sempre é a melhor a se adaptar a ela tecnicamente e economicamente, o que pode resultar em sérios problemas a curto prazo, tanto para a obra como para o responsável técnico.

A justificativa veio desacompanhada de documentos hábeis a justificar a abertura da licitação. Nota-se a ausência de relatório, estudo prévio e indicação das obras onde serão utilizados os serviços de engenharia e ensaios de solo.

Importante ressaltar que a Ata de Registro de Preços é vinculante para as partes - Administração e licitantes -, dada a sua natureza obrigacional, de que decorre compromisso para futuras aquisições (art. 15, § 3º, III, da Lei nº 8.666/93 e art. 1º, parágrafo único, inciso II, do Decreto nº 3.931/01).



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Verifica-se também no processo licitatório a ausência de justificativa relacionada à vantajosidade da adesão à ata. A estimativa de preço está adicionada ao processo através de três orçamentos fornecidos por empresas do ramo, os quais são insuficientes para demonstrar a vantajosidade da adesão a ata.

Qualquer que seja a modalidade, o tipo ou o objeto da licitação, haverá, sempre, na fase preparatória de seu respectivo procedimento, o passo de estimar o valor de mercado do bem ou serviço a ser licitado (Lei nº 8.666/93, artigos 4º, parágrafo único, 7º, § 2º, 14 e 38, Lei nº 10.520/02, art. 3º, III e IV e Decreto nº 3.931/01, art. 3º, caput).

O passo de estimar o preço cumpre três principais objetivos: (a) definir a modalidade cabível, se em função do valor estimado (concorrência, tomada de preços e convite, não se aplicando na definição das modalidades que se distinguem em função da natureza do objeto – leilão, concurso e pregão) – Lei nº 8.666/93, art. 23, e Lei nº 10.520/02, art. 1º; (b) vincular a aquisição à previsão orçamentária (Lei nº 8.666/93, artigos 7º, § 2º, III, e 14); (c) ministrar elementos, à comissão de licitação ou ao pregoeiro, para a formulação do juízo de aceitabilidade das propostas de preço e sua classificação/desclassificação (Lei nº 8.666/93, artigos 7º, § 2º, II e § 7º; 14; 40, X e § 2º, II; e Lei nº 10.520/02, art. 4º, XI).

A necessidade de estimativa de preços dos bens que pretende adquirir faz parte da justificativa da vantajosidade da contratação para a administração.

Cumprindo também, destacar alguns pontos acerca do disciplinamento de adesão às atas de registro de preços, com base na legislação vigente e, também, na jurisprudência sobre o tema.

Convém mencionar que o registro de preços é um contrato normativo, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitados lotes mínimos e outras condições previstas no edital.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Por força ainda do Regulamento admite-se que a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, que não poderá ser superior a um ano, possa ser utilizada, por meio de adesão, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, in verbis:

"Art. 8º A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas".

Para a adesão à Ata de Registro de Preços é necessário que sejam atendidos os seguintes requisitos:

a) respeito ao prazo de validade do registro e os quantitativos máximos. No caso em tela, o prazo se exaure em 31 de agosto de 2023.

b) manifestação de interesse do ente que realizou a licitação e do fornecedor, com resposta favorável ao registro.

c) a Administração Pública está obrigada a verificar, na ocasião da contratação, se o preço registrado é compatível com os praticados no mercado. Em relação à vantagem econômica, esta deve ser comprovada para adesão à ata de registro de preços informada, conforme prevê a parte final do art. 8º do Decreto n.º 3.931/2001.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

No caso presente, a administração está deixando de comprovar a vantagem econômica para a adesão à ata. A comprovação da vantajosidade é um dos pressupostos que autorizam a adesão às atas de registro de preços. Sendo a comprovação da vantajosidade na adoção dessa medida, o que pressupõe a adequação entre a necessidade existente e a solução registrada.

Não por outra razão, no Acórdão nº 1.233/2012, o Plenário do Tribunal de Contas da União orientou que, por ocasião da adesão à ata de registro de preços, o planejamento da contratação é obrigatório, assim como a demonstração formal da vantajosidade da adesão e da adequação e compatibilidade das regras e das condições estabelecidas no certame que originou a ata de registro de preços, com as necessidades e as condições determinadas na etapa de planejamento da contratação.


Por fim, é necessário frisar que quando se tratar de contratação mediante adesão à ata de registro de preço, realizar ampla pesquisa de mercado, visando a caracterizar sua vantajosidade sob os aspectos técnicos, econômicos e temporais, sem prejuízo de outras etapas do planejamento, conforme previsto no art. 15, §1º, da Lei nº 8.666/1993 c/c os arts. 3º e 8º, “caput”, do Decreto nº 3.931/1999 e no item 9.2.2 do Acórdão nº 2.764/2010-TCU-Plenário. Os três orçamentos não suprem a exigência de caracterizar a vantajosidade.

CONCLUSÃO:

O processo licitatório encontra-se instruídos com os documentos essenciais para a aprovação, no entanto, estão sendo apresentadas anotações que devem ser sanadas, e após o parecer é favorável, podendo retornar ao setor jurídico para reanálise se necessário.

S.M.J.

Porto Esperidião, 22 de março de 2023.


José de Barros Neto

José de Barros Neto
Advogado - OAB-MT 8841-B